

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITARIO DE MIRACEMA DO TOCANTIS**

FERNANDO MOTA DA SILVA MARTINS

**O SERVIÇO SOCIAL NA EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA
NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE
MIRANORTE -TO**

**MIRACEMA DO TOCANTINS - TO
2017**

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITARIO DE MIRACEMA DO TOCANTIS**

FERNANDO MOTA DA SILVA MARTINS

**O SERVIÇO SOCIAL NA EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA
NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE
MIRANORTE –TO**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins - UFT – Campus Universitário de Miracema do Tocantins para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, sob orientação da Professora Dr^a Maria Helena Cariaga.

**MIRACEMA DO TOCANTINS
2017**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
(CIP)**
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do
Tocantins**

M386s Martins, Fernando Mota da Silva.

O Serviço Social na efetivação da Política Nacional de Assistência Social no Município de Miranorte-TO. / Fernando Mota da Silva Martins. - Miracema, TO, 2017.

49 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins - Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Serviço Social, 2017.

Orientador: Maria Helena Cariaga

1. Política de Assistência Social. 2. CRAS. 3. Proteção Social. 4. Serviço Social. I. Título

CDD 360

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS - A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

FERNANDO MOTA DA SILVA MARTINS

**O SERVIÇO SOCIAL NA EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA
NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE
MIRANORTE –TO**

Monografia apresentada à Universidade Federal do Tocantins - UFT – Campus Universitário de Miracema do Tocantins para obtenção de título de Bacharel em Serviço Social, sob orientação da Professora Dr^a Maria Helena Cariaga.

Data da Apresentação: __/__/__

Banca Examinadora:

Professora Orientadora _____
Doutora - Fundação Universidade Federal do Tocantins: Maria Helena Cariaga

1^a Avaliadora: _____
Prof^a Mestre- Amanda Vaz

2^a Avaliadora: _____
Prof^a Mestre- Sandra Gomes

Miracema do Tocantins – TO, aos _____ de _____ de 2017.

Professor (a)
Coordenador (a)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por me dar forças para não desistir do curso, por iluminar meu caminho nesta trajetória acadêmica de quase sete anos, agradeço por ter me dado sabedoria para está concluindo curso superior em uma Universidade Federal, pois sabemos das dificuldades que é de um jovem ingressar em uma instituição pública.

A toda minha família, ao meu pai Antônio dos Reis Araújo Martins, minha mãe Ana Raquel Mota da Silva Martins por sempre estarem comigo, até mesmo quando eu pensei em desistir do curso, eles estavam lá sempre me apoiando.

Aos meus irmãos: Ricardo Mota da Silva Martins, que me deu a notícia do resultado do vestibular, Grato!; Mariana de Fátima Mota da Silva Martins, a caçula do mano, que sempre acreditou em meu potencial e ao irmão mais velho Tiago Borges, que mesmo com a distância sempre torceu por mim.

Aos tios (a), José Ubiracy (Bira), Calbir, Oscar, Antônio José, Alan, Mirtes, Maria, Xica, Florisa, Gizelda, Eloisa, Ana Lucia, Leila e todos os demais que sempre torceram por mim.

Aos meus primos (a) Willians, Gabriel, Laura, Raquel, Gustavo, Bruno, Airam, Adriana, Aline, Carla, Junior, Eliana, Romildo, Rafael, Wilson, Ilza, Naira, Leticia, Sheilla, Jeferson, Elke e os demais.

Aos meus amigos (a) Otávio, Vinicius, Janilson, Misleyanne, Elton, Marlon, João, Marcos, Gabriel, Lucas, Charlington, Stefanny, Eduardo, Regivaldo e Helen.

Às minhas cunhadas Suelen Cristina e Erika, que mesmo com a distância sempre me apoiaram e incentivaram muito obrigados!

Aos meus sobrinhos queridos, Ricardo Filho, Gisele e Giovana, as crianças do Tio Nando.

Aos meus companheiros (a) acadêmicos (a) Cicero Goiano, Leandro, Oziel, Andreanne, Pedro, Barbara, Rogerio, Danny, Cintia, Thiago e aos demais que eu conheci no decorrer do Curso de Serviço Social.

À todos (a) os (a) professores do curso de Serviço Social, em especial o André Luiz, Maria Helena, Giselli Tamarozzi, Graziella, Rejane, Cleber Fialho, Bruna Andrade, Marcia Machado, Celia e etc.

À todos os alunos da VII turma de Serviço Social 2010/2 da Universidade Federal do Tocantins.

Não poderia deixar de agradecer os sujeitos envolvidos na minha pesquisa, que considero cada uma delas flores que brilha na floresta, permitindo a realização das entrevistas que foram de extrema importância para a realização deste trabalho de conclusão de curso.

Agradeço imensamente a minha professora orientadora, Maria Helena Cariaga que teve a paciência em me aturar nesses últimos meses, sempre me incentivando para não desistisse do curso. Serei eternamente grato ao seu esforço.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que me apoiaram no decorrer dessa trajetória acadêmica que de forma direta ou indireta contribuíram para realização desse sonho. Muito obrigado a cada um de vocês.

“O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários”

Marilda Yamamoto, 2008

MARTINS, Fernando Mota da Silva. **O Serviço Social na efetivação da Política Nacional de Assistência Social no município de Miranorte-To.** 2017.49 fls. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal do Tocantins, Miracema do Tocantins, 2017.

RESUMO

Este trabalho versa apresentar os resultados adquiridos relacionado a efetivação da política pública de assistência social no município de Miranorte – TO, constituindo um estudo junto ao Centro de Referência em Assistência Social-CRAS urbano e volante no ano de 2017. Assim, possibilitou fomentar uma reflexão sobre as mudanças ocorrida após a aprovação da Política Nacional da Assistência Social-PNAS em 2004, se estabelecendo como integrante do tripé da seguridade social. Para tanto, este trabalho tem por finalidade analisar a efetivação da PNAS no município de Miranorte - TO na percepção dos assistentes sociais do CRAS no ano de 2017. Os objetivos específicos elencaram em identificar os desafios enfrentados pelos assistentes sociais do CRAS visando a consolidação da Assistência Social como política pública; Conhecer a realidade vivenciada pelos profissionais na efetivação da PNAS; Mapear os programas e ações desenvolvidas pelo CRAS no âmbito da política de assistência social. A pesquisa foi realizada através da entrevista semi-estruturada, no qual permitiu obter dados de caráter qualitativo. O método de análise baseou no materialismo histórico dialético.

Palavras-Chaves: Política de Assistência Social, CRAS, Proteção Social.

MARTINS, Fernando Mota da Silva. **The Social Service in the implementation of the National Policy of Social Assistance in the municipality of Miranorte-To.** 2017.49 fls.Monografia (Graduation in Social Service) - Federal University of Tocantins, Miracema do Tocantins, 2017.

ABSTRACT

This paper presents the results obtained related to the effectiveness of the public policy of social assistance in the municipality of Miranorte - TO, constituting a study with the Center of Reference in Social Assistance - urban CRAS and steering wheel in the year 2017. Thus, on the changes that occurred after the approval of the National Social Assistance Policy (PNAS) in 2004, establishing itself as a member of the social security tripod. The purpose of this study was to analyze PNAS 'effectiveness in the municipality of Miranorte - TO in the perception of the social workers of CRAS in the year 2017. The specific objectives were to identify the challenges faced by the social workers of CRAS aiming to consolidate the Assistance Social as a public policy; To know the reality experienced by professionals in the implementation of PNAS; Map the programs and actions developed by CRAS in the scope of social assistance policy. The research was performed through the semi-structured interview, in which it allowed to obtain data of qualitative character. The method of analysis was based on dialectical historical materialism.

Key Words: Social Assistance Policy, CRAS, Social Protection.

LISTA DE SIGLAS

BNH – Banco Nacional de Habitação

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM –Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

LBA – Lei Brasileira de Assistência

LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

NOB – Norma Operacional Básica

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 CONTEXTO HISTÓRICO DA ASSISTENCIA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL	12
2.1 A CONTEMPORANEIDADE E A NOVA CONJUNTURA BRASILEIRA	24
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	28
4 A POLÍTICA DE ASSISTENCIA SOCIAL NO MUNICIPIO MIRANORTE.....	32
4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO MUNICIPIO DE MIRANORTE.....	32
4.2 POLITICA DE ASSISTENCIA SOCIAL EM MIRANORTE.....	35
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS	42
APENDICES.....	46
APÊNDICE 01- ROTEIRO DE ENTREVISTA	47
APÊNDICE 02- TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO	48

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho consiste em apresentar os resultados obtidos de investigação realizada em 2017 junto ao Centro de Referência de Assistência Social-CRAS urbano e o CRAS volante no município de Miranorte -TO. Assim, tal estudo visou evidenciar o exercício profissional do assistente social na execução da Política de Assistência social em nível municipal.

Para tanto, este estudo se desenvolveu pautado no objetivo geral de “Analisar a percepção do assistente social do Centro de Referência de Assistência Social-CRAS na execução da Política Nacional de Assistência Social-PNAS do município de Miranorte no ano de 2017”. Servindo como mediadores do processo de investigação, foram elencados como objetivos específicos os seguintes: Identificar as ações desenvolvidas pelo assistente social do CRAS visando a consolidação da assistência social como Política Pública; Conhecer a realidade do Serviço Social na execução do PNAS; Caracterizar o perfil do usuário atendidos pelo Serviço Social.

A escolha do tema se deu a partir das vivências do estágio supervisionados no CRAS no município de Rio dos Bois, e após a participação de visitas com a assistente social da instituição despertou o interesse em conhecer a realidade da Política de Assistência no município onde resido. Esse debate, propiciou aprofundar mais sobre a atuação do profissional de Serviço Social na execução da Política de Assistência Social de modo na perspectiva da garantia de direitos pautados nas legislações vigentes, como a Constituição Federal e a Lei Orgânica da Assistência Social, nas quais determinam ser uma política como direito do cidadão e dever do Estado.

Dessa forma, este trabalho foi organizado em três partes, abordando a discussão da seguinte maneira: a primeira, elucida sobre o contexto histórico da assistência social brasileira desde a caridade, salientando as primeiras ações realizadas pelas “damas de caridade”, perpassando pela consolidação das legislações vigentes como a Constituição de 1988, a aprovação da LOAS e do PNAS em 2004, além de evidenciar a implantação do SUAS.

Na segunda parte, é apresentado o processo metodológico expondo o método utilizado, a técnica de coleta de dados, bem como o tipo da pesquisa afim de evidenciar o processo de investigação sobre a realidade da Política de Assistência Social e seus beneficiários no município de Miranorte-TO.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Para facilitar a compreensão da forma de organização da Política de Assistência social no Brasil seus dilemas e contradições, é necessário fazer uma análise da trajetória histórica primeiramente da profissão e também da trajetória da política até a Constituição Federal de 1988.

Foi a partir do século XIX, a discussão do papel do Estado frente à “questão social”, especialmente frente à mobilização dos trabalhadores, toma vulto. Nesse período as medidas de proteção social tinham caráter reativo frente aos movimentos sociais. Antes disso, as expressões da “questão social” eram tratadas como naturais relacionadas aos indivíduos singulares que as portavam, e as formas de intervenção eram basicamente assentadas na perspectiva da caridade e efetuadas pela Igreja.

Na emergência das relações capitalistas, quando a “questão social” toma dimensões societárias, a sociedade começava a viver um dilema. É nesse sentido que Yazbek (1993); Behring & Boschetti (2006); Potyara (2008); Mota (2008) e Couto (2008) defendem que a política social tem sua gênese na contradição entre capital e trabalho expressa nesse período. As injustiças expressas pelas relações de trabalho e pela economia do mercado, de outro lado, os governos eram pressionados para tomar atitudes de enfrentamento aos problemas decorrentes das expressões da questão social. Nessa mesma perspectiva, Sposati (1986, p.33) afirma ser “na correlação de forças sociais que a política social se estabelece e se modifica, a partir das transformações das relações de apropriação econômica, como também do exercício da dominação política”.

Essas respostas e as formas de enfrentamento às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento central se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho. Nesse contexto, a política pública é vista como uma forma de expressar as relações de conflito entre as classes dominantes, o Estado (como interlocutor) e as classes trabalhadoras; relações cujas raízes localizam-se no mundo da produção.

Partindo da ideia de que na relação entre classe hegemônica, Estado e classe trabalhadora, estes três protagonistas encontram-se em tensão permanente, as políticas públicas são compreendidas como produtos destas relações.

Com uma das formas de enfrentamento a questão social, de acordo com Montañó (2007), surgiu o Serviço Social nos anos de 1890 – 1940, na Europa Ocidental e nos EUA, e

em 1925, foi criada a primeira escola latino-americana, no Chile, e apareceu no Brasil na segunda metade dos anos 30 (MONTAÑO, 2007, p. 30).

De acordo com Faleiros (2009):

O Serviço Social em sua origem americana, denominado social work (trabalho social) foi estruturado por organizações religiosas, especialmente da Igreja Católica Romana. Nesse momento, tinha sua prática fundamentada e inspirada na providência divina, uma vez que *“o trabalho social consistia no reforço da moralidade e da submissão das classes dominadas. Era, portanto, o controle social da família operária para adequar e ajustar seu comportamento às exigências da ordem social estabelecida”* (FALEIROS, 2009, p. 88).

Os estudos de alguns autores como, Montañó, Aguiar, Iamamoto e Carvalho, entre outros, nos indica que a pratica do assistencialismo é antiga na humanidade. Sendo assim, em diferentes sociedades a solidariedade dirigida aos pobres, aos viajantes, aos doentes e aos incapazes sempre esteve presente, com ações pontuais para manter a ordem social conforme Behring e Boscheti (2006).

Segundo Montañó (2007) o Serviço Social surge dentro da perspectiva endogenista, com inspiração na doutrina da igreja católica com base no Neotomismo formados por laicaitos (mulheres da alta sociedade), ligados a Tomás de Aquino, inspirada na reforma social como exercício da caridade, solidariedade e bondade. Além do mais, na perspectiva histórica-critica o autor ressalta que o Serviço Social surgiu através da realidade da necessidade de uma sociedade e da manutenção e reprodução da ordem vigente, no “modo de produção capitalista”, onde as forças produtivas vão gerar riquezas e ao mesmo tempo a pobreza, gerando conflito e divisão de classes, dando-se a questão social.

Questão social é um conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém privada, monopolista por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2008, p. 27).

Segundo Netto (2001 apud ALVES 2009, p. 28), a expressão da “questão social” surge na primeira metade do século XIX, para concretizar o processo de pauperização que se generalizava, compreendido com a base na lei geral da acumulação capitalista. Apesar disso, a lei de acumulação no capitalismo se manifesta ao contrário, pelo o fato, de parcela da população crescer mais rápido do que a necessidade de seu emprego, no que se dá a valorização do capital. A raiz da produção e reprodução da questão social na sociedade

capitalista se dá na acumulação da miséria relativa à acumulação do capital (MARX, 1985 apud IAMAMOTO, 2008).

Assim, Iamamoto (2008) trata da questão social na sociedade capitalista e diz que surge do caráter coletivo e contraditório da atividade humana/trabalho, que expressa o conjunto das desigualdades e lutas sociais. Ou seja, um campo de lutas políticas e culturais por diferentes interesses de classe que tem suas particularidades históricas nacionais no rumo das políticas econômicas e sociais.

Conforme a autora reforça abaixo:

A questão social expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidade nas relações de gênero, características ético-raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. (IAMAMOTO, 2008, p. 160).

Na proporção em que o capitalismo em seu estágio monopolista ganhava mais resistência, a pobreza também crescia generalizando-se a miséria. O pauperismo foi para as ruas em busca de auxílio, de alimentos, como também pedia por um atendimento mais justo. Assim era preciso encontrar novas táticas e formas de atendimento a “questão social” (MARTINELLI, 2009). Conforme salienta Iamamoto (2008):

Pauperismo constitui por continentes populacionais miseráveis aptos ao trabalho, mas desempregados, crianças e adolescentes e segmentos indigentes incapacitados para trabalho (idosos, vítimas de acidentes, doentes etc.) cuja sobrevivência depende da renda de todas as classes, e, em maior medida, do conjunto dos trabalhadores (IAMAMOTO, 2008, p. 158).

No Brasil, até a década de 1930, não havia uma intervenção do Estado na área social, toda prática assistencial que existia era desenvolvida pela Igreja Católica e organizações de caridade. As práticas assistenciais tinham um caráter disciplinador, e não havia uma compreensão da pobreza como expressão da questão social, ela era vista como uma disfunção individual e tratada como caso de polícia através do aparato repressor do Estado. Somente a partir da Revolução de 1930, quando Getúlio Vargas chega à presidência do país, que o Estado começa a assumir novas funções, deixando de ser apenas coercitivo (MESTRINER, 2008).

Segundo Bravo e Matos (2000, p. 196), as décadas de 1930 nesse período, todos esses anos, se manifestava um serviço social caridoso, tendo seu norte teórico inspirado na

doutrina social da Igreja Católica e nas suas encíclicas, bem como numa forte influência europeia. Conforme Silva:

[...] O objeto de estudo do serviço social na dec. 30, era o homem carente, e seus objetivos estavam mais direcionados para o atendimento da pobreza, através da assistência, prestação de serviços e orientação individual, sendo seus conhecimentos baseados no neotomismo, expressos pelo ensino das encíclicas e pela moral, pela filosofia e pela religião. Sendo sua prática operada basicamente pelas técnicas da entrevista e da visita domiciliar. A formação profissional, apresentava-se então um cunho doutrinário e religioso. (SILVA, 2007, p. 10).

Após Segunda Guerra Mundial, o papel do assistente social atuava e seu papel era de trabalhar através de práticas educativas com os operários, visando a educação voltada para os hábitos de higiene e saúde, incentivando o controle de natalidade, de doenças infantis, de higiene bucal. A perspectiva era de “ajustando-os” na sociedade, colaborando para que os mesmos se “enquadrassem” ao meio. Temos que demarcar também o momento que em que se iniciaram as sistematizações teóricas no Serviço Social, ainda que o projeto de tecnocrático-modernizador, sendo seus produtos os documentos de Araxá e mais tarde de Teresópolis.

De acordo com Iamamoto e Carvalho (2007):

A implantação do Serviço Social se dá no decorrer desse processo histórico. Não se baseara, no entanto, em medidas coercitivas emanadas do Estado. “Surge da iniciativa particular de grupos e frações de classe, que se manifestam, principalmente por intermédio da Igreja Católica” (IAMAMOTO & CARVALHO, 2007, p. 127).

Em 1936 surge no Brasil, como fruto da ação social desenvolvida pela Igreja Católica como forma de resposta a questão social, tanto para a igreja quanto para o capitalismo, e sua regulamentação ocorreu em 1957. Dessa forma a igreja utilizou como forma de reaproximação aos fiéis, para o capitalismo era a forma de silenciar a classe trabalhadora, fazendo com que a mesma acreditasse e aceitasse a miséria a qual eram submetidos. (CFESS, 2011; MANRIQUE, 1984).

Vale ressaltar que as primeiras escolas de Serviço Social no Brasil nascem dentro da visão da Igreja, e instalando – se a primeira em 1936 em São Paulo a segunda em 1937 no Rio de Janeiro, tendo seu ensino regulamentando através da Lei n.º 1.889 de 13/06/1953.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2007):

Frequentemente se tem atribuído à influência europeia determinadas características assumidas pelos pioneiros da implantação do Serviço Social entre nós. O autoritarismo, o paternalismo, o doutrinário e a ausência de base técnica, que marcariam a atuação dos primeiros núcleos que se formam

em São Paulo e no Rio de Janeiro, seriam típicos do Serviço Social europeu (IAMAMOTO & CARVALHO, 2007, p. 215).

A “a natureza do Serviço Social advém da questão social”, aqui entendida como desigualdade e também rebeldia por envolver sujeitos que a vivencia e a ela resistem e, se opõem (Iamamoto, 2008). Essas desigualdades têm suas raízes na contradição entre o capital e trabalho e se expressam cotidianamente nas situações concreta de miséria, tais como, mendicância, desemprego, trabalho, infantil etc.

Ao fazer tal afirmação sobre a natureza do Serviço Social e sua gênese na questão social, procurou-se romper com uma visão endógena do Serviço Social. Iamamoto (2008), nos alerta que esta endógena levou a pensar equivocadamente que a profissionalização do Serviço Social surge de uma tecnificação da filantropia e, sustenta a ideia que a partir daí que o Serviço Social se tornou profissão.

Nessa época o Serviço Social foi requisitado para atuar em meio às contradições entre capital e trabalho na sociedade capitalista, mediando às relações sociais contraditórias, expressadas na luta de classes, ou seja, da existência de uma classe-que-vive-do-trabalho e de outra detentora dos meios de produção.

Nesse sentido que o surgimento, o desenvolvimento e a consolidação da profissão na sociedade brasileira foram marcados pela aproximação de diferentes matrizes teórico-metodológicas substanciando as respostas do Serviço Social para a questão social nos diversos momentos históricos. Ou seja, as primeiras políticas sociais foram fundamentadas na orientação humanista conservadora, na busca da recuperação da hegemonia do pensamento social da Igreja em resposta a questão social.

Posteriormente, temos um importante marco histórico do serviço social, segundo Mestriner (2008), em 1938 o Governo de Vargas criou também o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), foi a primeira presença da assistência social na burocracia do Estado brasileiro, e tinha suas funções subsidiadas pelas organizações que prestavam amparo social. O CNSS tinha como uma de suas funções era analisar as adequações das entidades sociais e de seus pedidos de subvenções e isenções.

Na década de 40, em contato com o Serviço Social norte americano a profissão começa a se tecnificar, as respostas para a questão social neste período se apoiavam na teoria social positivista.

Nesse período a legitimação da profissão foi evidenciada pela ocupação de um espaço na divisão sócio técnica do trabalho, como arranjo teórico doutrinário caracterizado pela junção do discurso humanista cristão com o suporte técnico-científico, reiterando o

caráter do pensamento conservador presente na profissão e mediado pelas ciências sociais (Iamamoto, 2008). Essa prática profissional atende e responde no plano imediato e fragmentado mas não aponta para mudanças e é impulsionada pelo aprimoramento das técnicas e dos instrumentais.

A partir daí, o Estado passa a fazer a organização e regulação das condições sociais e políticas para o desenvolvimento industrial e econômico, promovendo a ascensão de um projeto de urbanização e industrialização.

Somente em 1942 foi criada a primeira grande instituição federal de assistência social no Brasil, conhecida como a Legião Brasileira de Assistência Social (LBA). Getúlio Vargas criou esta instituição como forma de legitimar seu governo através da tática do assistencialismo como um mecanismo de dominação política. Ao colocar sua esposa Darcy Vargas no comando dessa instituição, fez com que a assistência social passasse a ser associada ao primeiro-damismo. Esse ato assegurou estatutariamente à presidência da LBA as primeiras-damas da República ocorrendo à junção entre iniciativa privada e pública conformando assim a relação entre classes subalternas e Estado (TORRES, 2002).

A partir de um movimento de renovação dentro do Serviço Social, na década de 1960, configura-se o Movimento de Reconceituação do Serviço Social, começando haver uma ruptura com a base teórica convencional neotomista. Uma renovação e o desenvolvimento na direção da ação profissional e assumir uma visão dialética marxista, que busca trabalhar com uma perspectiva de serviço social comprometido com os interesses das classes trabalhadoras. (AGUIAR, 1982).

No período de 1961 a 1964 iniciou o desenvolvimento de uma perspectiva crítica ao serviço social tradicional, quando setores da categoria profissional dos assistentes sociais tentam novas formas vinculadas à intervenção profissional, foi um período de lutas por mudanças nas reformas estruturais e reforma de base com especial atenção para uma política externa independente. (SILVA E SILVA, 2007).

O movimento de reconceituação, iniciado em 1965 colocou em cheque as práticas profissionais, a crítica metodológica, e ideológica também teve rebatimentos na prática profissional e também na produção de conhecimento muito mais tarde, ou seja, só a partir de 1974, constituindo em outra fase até 1980.

Segundo Netto (2001 apud ALVES, 2009), a vertente modernizadora se caracterizou por sua abordagem funcionalista, estruturalista e mais tarde sistêmica, fortemente influenciada pelo positivismo, as respostas profissionais para questão social eram de cunho

moderno e conservador, buscava-se os enfrentamentos da questão social na perspectiva de integração dos indivíduos a sociedade.

Percebe-se que o Serviço Social nas últimas duas décadas, foi marcado por várias transformações e questionamentos que aos poucos foram modificando sua formação profissional, de forma que pudesse adequar ao contexto econômico, político e social, dando um salto de qualidade em sua qualificação na sociedade. No Brasil, historicamente, na relação entre o Estado e a sociedade civil, a assistência social sempre esteve atrelada à tutela, ao favor e ao clientelismo.

Em 1964, o golpe militar instaurou uma ditadura de 20 anos. Essa ruptura política atingiu a sociedade brasileira provocando uma desmobilização dos movimentos sociais e políticos emergentes. A repressão atingiu o sindicalismo, as associações de profissionais liberais, as entidades estudantis, as associações de moradores, etc. Por outro lado, foi responsável por um novo momento de modernização conservadora, com importantes consequências para a política social (JUNQUEIRA, et al, 1981, p.09).

Segundo as autoras, foram características, não apenas das políticas sociais no período, mas também e, principalmente, das ações públicas:

As opções político-econômicas adotadas na década deixam patentes a ausência da prioridade social e a aceitação de um processo capitalista selvagem, concentrador e apropriador de renda, privilegiando o capital e investimentos em mais capital, descompromissado com as necessidades vitais de sobrevivência e existência digna da grande maioria dos brasileiros (JUNQUEIRA, et al, 1981, p.16).

As características da política governamental deste período foram marcadas pela perda das liberdades democráticas, da censura, prisão e tortura para as vozes dissonantes. O bloco militar, tecnocrático – empresarial, buscou a adesão e a legitimação por meio de expansão e modernização de políticas sociais, como foi assinalado acima.

Nessa modernização, encontram-se as ações relacionadas à unificação, uniformização e centralização da previdência social através do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), em 1966. Foi ampliada a previdência também para os trabalhadores rurais, por meio do FUNRURAL, uma política de caráter redistributivo que não se fundava na contribuição dos trabalhadores, mas numa pequena taxa dos produtos, para atribuição de aposentadoria, com o irrisório valor de meio salário mínimo.

Após os meados de 1970, o governo militar instituiu no Brasil um conjunto de agências que deu densidade organizacional para a assistência social. Para organizar, formular

e executar a política de assistência social de cunho de centralizado manteve a Legião Brasileira de Assistência – LBA, criou a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor - FUNABEM e o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição – INAN.

A execução dessas ações assistenciais se dava pelos órgãos de promoção social. Esse era um período bastante impregnado pela prática da assistência governamental com base na gestão das “primeiras damas” - prática caritativa com ações fragmentadas e sem nenhuma continuidade. As políticas assistenciais durante o regime militar “não chegaram a constituir um sistema nacional de assistência social” (Arrethe, 2000), apesar da centralização não havia um comando único no nível federal, nem havia integração e coordenação entre os três níveis de governo.

Ao final de 1970 a sociedade brasileira manifestava sua insatisfação política, com agravamento da pobreza, o alto índice de inflação e a desilusão em relação o “milagre econômico”, que não se manteve. Houve investimento na tecnologia de produção, que se mobilizou para aumento da capacidade produtiva, embora essa produção não pudesse ser utilizada em toda sua força, uma vez que a população não possuía recursos para ampliar o seu consumismo. Esse foi um dos fatores que conduziu ao desaceleramento da economia no país (JUNQUEIRA, et all ,1981, p.10).

Ao mesmo tempo em que impulsionou as políticas públicas com características restritas, o governo militar buscou também sua legitimidade abrindo espaços para a saúde, a previdência e educação privadas, o que configurou, historicamente, o sistema dual de acesso às políticas sociais no Brasil: “para quem pode e para quem não pode pagar”. Essa é a herança do regime militar para a política social, que nos colocou mais próximos do sistema norteamericano de proteção social do que do Estado de bem estar social europeu.

Essa cobertura alcançou também, em 1972, as empregadas domésticas e os jogadores de futebol. Em 1973, forma atendidos os autônomos e, em 1978, os ambulantes.

Houve uma intensa institucionalização da previdência, da saúde e, com muito menor importância, da assistência social, que era basicamente implementada pela rede conveniada e pelos serviços prestados pela LBA. A ditadura também impulsionou a política nacional de habitação, com a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH). Em 1974 foi criada a renda mensal vitalícia para os idosos pobres, no valor de meio salário mínimo, para aqueles que tivessem contribuído ao menos um ano para a previdência social.

No Serviço Social o período entre 1964 a 1979, foi marcado pela reatualização do serviço social, no sentido de modernizar as práticas da profissão e também pelas novas propostas na área de saúde, haja vista nos idos de 1970 ter acontecido o movimento pela

reforma sanitária que reivindicava um sistema de saúde universal e igualitário, com um caráter mais preventivo ao invés de ser apenas curativo.

Esse processo de revisão da profissão é uma exigência da realidade, uma vez que, para atender as demandas, torna-se indispensável a adoção de padrões e técnicas modernas que se contraponham àquilo que poderia oferecer o chamado ‘Serviço Social tradicional’. Essa modernização se caracterizará pela preocupação com o aperfeiçoamento do instrumental técnico, de metodologias de ação, da busca de padrões de eficiência, sofisticação dos modelos de análise e diagnóstico. (CARVALHO e IAMAMOTO, 2007, p. 364-365).

O período de 1980 a 1990 foi marcado por um processo de novas configurações nas áreas política e social, com constantes reformas e uma ampliação da democracia (COUTO, 2006). Foram também realizados constantes debates sobre a assistência, com a realização de estudos e pesquisas a fim de se formular uma proposta de assistência social que realmente fosse efetiva. Foi então que, através da Constituição Federal de 1988 (CF/88), a assistência social começa a ganhar novos contornos passando a ser discutida como um direito do cidadão e cabendo ao Estado provê-la, em uma tentativa de romper com a lógica da caridade da benemerência.

A Constituição Federal de 1988 possibilitou trazer uma nova concepção para a Assistência Social, redefinindo assim seu perfil histórico no país, passando a qualificá-la como uma política de seguridade social trazida na Constituição Federal: “Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência à assistência social (BRASIL, 1988, p. 193). A Constituição Federal de 1988 foi aprovada no dia 5 de outubro e traz a Política de Assistência Social inscrita nos artigos 203 e 204.

O Art.203 estabelece que a Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I- a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II- o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III- a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV- a habilitação e a reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V- a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

O primeiro marco de compromisso constitucional encontra-se no objetivo de redução das desigualdades sociais e regionais e de erradicação da pobreza e da marginalização - dentre os seus objetivos fundamentais expressos no art. 3º, item III.

Coerentemente com este objetivo, em seu Título II, a Constituição trata dos Direitos e Garantias Fundamentais. Sob este Título, os dois primeiros ítems tratam, respectivamente, dos direitos e deveres individuais e coletivos, e dos direitos sociais, que se tornaram bandeiras de lutas na sociedade brasileira, pelos partidos, pelos movimentos sociais. Essas garantias tiveram peso na definição das políticas públicas e também na criação do controle social.

No capítulo I, o art. 5º afirma que *todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.*

É interessante que esses direitos sociais que constam da Carta Magna, expressam uma dinâmica social e um avanço na maneira de pensar a sociedade, a partir do qual ela é apreendida como uma sociedade que luta pela garantia de seus direitos.

No capítulo II, o artigo 6º define os direitos sociais: *São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.* O artigo 7º deste mesmo capítulo - que trata dos direitos que visam à melhoria de condição social de trabalhadores urbanos e rurais - determina, em seu § 25, o direito à assistência gratuita aos filhos e dependentes desses trabalhadores, desde o nascimento até os seis anos de idade.

Em relação às responsabilidades face à garantia dos direitos sociais, a Constituição Federal, em seu título III - Da Organização do Estado - em seu capítulo II, referente à União, dedica o artigo 23 à definição das competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, onde se incluem os seguintes Parágrafos:

§ II - cuidar da saúde e da assistência pública; § V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência; § IX - promover programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais e saneamento básico; § X - combater as causas da pobreza e fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.

Nessa Constituição Federal, pela primeira vez, foi incluída a área da assistência social como política pública no campo da seguridade social. Em seu artigo 194 determina: *a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes*

Públicas e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Em seu *Parágrafo Único* definiu que compete ao poder público organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I - universalidade da cobertura e do atendimento; II – uniformidade e equivalência de benefícios e serviços às populações urbanas e rurais; III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços; IV – irredutibilidade do valor dos benefícios; V - equidade na forma de participação no custeio; VI – diversidade da base de financiamento; VII – caráter democrático e descentralizado da administração , mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgão colegiados.

Segundo os autores Colin & Fowler (1999, p.21) com *a universalização da saúde, a participação na previdência de todos aqueles que para ela contribuam com garantia da assistência a quem quer que dela necessite, criou-se a expectativa de serem garantidos os direitos sociais dos brasileiros, tornando-os inerentes à cidadania.*

A Constituição Federal atribuiu a competência da organização da seguridade social ao Poder Público, objetivando, dentre outros, a universalidade da cobertura e do atendimento; a equidade na forma de participação no custeio; o caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa.

Está definido no seu art. 195 que a seguridade social deve ser *financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios.*

No trato da assistência social, o artigo 203, especifica dentre seus objetivos, a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, destinando um capítulo especial ao amparo às crianças e aos adolescentes carentes, à promoção e a integração ao mercado de trabalho; à habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência e, também, à garantia de um salário mínimo mensal como benefício para pessoas portadoras de deficiência ou para os idosos que comprovem não possuírem meios para prover sua manutenção ou tê-la provida por sua família.

Esses aspectos de garantias constitucionais são amplos, de forma a abarcarem uma regulamentação que possa definir claramente esses itens, principalmente no que se refere à questão do trabalho, ou seja, à integração ao mercado de trabalho. Este é um ponto de tensão, desde as políticas de empregos, de trabalho e renda, consideradas fundamentais para a garantia de da qualidade de vida de todos.

Como consequência das determinações constitucionais e de sua normatização, criou-se o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990(ECA), a Lei Orgânica da Assistência Social, em 1993(LOAS), o Estatuto do Idoso, que centraram seus focos de ação no núcleo familiar, inserindo nela o indivíduo, sujeitos de direitos, e elegendo a família como preocupação básica. Inicia-se a partir daí a retomada pela questão da família, que, aos poucos se torna central na direção das políticas públicas, principalmente na política de assistência social.

A assinatura da Lei Orgânica da Assistência Social, regulamentou as determinações da Constituição em sua área específica, assegurou o que havia sido alcançado pela Constituição e deu início à implementação de ações de assistência social no campo dos direitos sociais.

A LOAS inovou apresentando um novo desenho institucional para a assistência social, afirmando seu caráter não contributivo. Estabeleceu uma nova matriz para a assistência social brasileira, iniciando um processo que teve como perspectiva torná-la visível como política pública e direito dos que dela necessitavam.

A assistência social como integrante do novo conceito de seguridade social passou a ser reconhecida como um direito social e dever do Estado, devendo ser prestada a quem dela necessite, independentemente de contribuição à seguridade social (YAZBEK, 2004, p. 13).

No artigo 1º, a *assistência social como direito do cidadão e dever do Estado*, como política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, deve ser realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas de todos os cidadãos.

Em seu art. 2º, inclui no elenco dos objetivos da assistência social, em primeiro lugar, *a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice, enfatizando o amparo às crianças e aos adolescentes carentes.*

Para Colin e Fowler (1999) a Lei “busca recuperar a noção de atendimento integral aos membros de um dado núcleo familiar, afastando-se da fragmentação decorrente da adoção de programas e projetos isolados e dirigidos especificamente a cada um dos segmentos que a compõem”. (COLIN E FOWLER, 1999, p.24).

O art. 4º elenca os princípios que regem sua aplicação, aponta, em primeiro lugar, para “*a supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica*”. Isto significa que o Estado e a sociedade, face à diversidade de

questões enfrentadas por grande parte da população, deve dar prioridade ao atendimento de suas necessidades, sem se restringir de fazê-lo por razões econômicas.

O princípio, *da universalização dos direitos sociais a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas* tem o sentido de tornar o usuário das políticas de assistência social aptos a acessar a todas as demais políticas públicas, viabilizando esse acesso através da ampliação de sua ação no sentido da construção de redes locais e regionais de garantias dos direitos. Reforçando a ideia da universalidade, o princípio se mostra paradoxal tendo em vista que pressupõe, ao mesmo tempo, universalidade e seletividade nas ações.

A garantia da *igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza*. Este outro princípio, também ligado à questão da universalidade e à facilitação do acesso pela informação, determina a *divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão*.

A efetivação da LOAS, percorreu difícil trajetória, da Carta Constitucional à sua aprovação e implementação. Após dez anos de LOAS, a IV Conferência Nacional de Assistência Social, foi realizada em dezembro de 2003, apontou como principal deliberação a construção e implementação do Sistema Único da Assistência Social – SUAS, requisito essencial das LOAS para dar efetividade à assistência social como política pública.

Pode-se dizer que até esse momento não havia uma proteção social na perspectiva que se delineou no Brasil a partir da Constituição Federal, a qual ousou criar e definir uma seguridade social nos moldes já referidos. No entanto, esses avanços não foram, na sua totalidade, regulamentados para sua implantação e efetivação. Houve um período de cinco anos¹ entre a assinatura da Constituição Federal e a aprovação da Lei Orgânica da Assistência Social-LOAS e mais catorze anos para a resolução da Política Nacional de Assistência Social-PNAS.

2.1 A CONTEMPORANEIDADE E A NOVA CONJUNTURA BRASILEIRA

É importante salientar o que está em curso no país, coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), através da Secretária Nacional de

¹ De acordo com a NOB/SUAS (2005, p. 10) as definições legais atinentes à regulamentação da política pública da assistência social no Período entre 1993 e 2003, estão estabelecidas em três instrumentos: a Lei Orgânica da Assistência Social -LOAS, Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, o primeiro texto da Política Nacional de Assistência Social-PNAS de 1998, e as Normas Operacionais Básicas – NOB/97 e NOB/98.

Assistência Social, um processo de modificações substanciais no campo sócio-assistencial brasileiro que deverá culminar com a implantação de um Sistema Único de Assistência Social em todo o território nacional. Esse processo está sendo possível pela decisão política do governo federal de uma formulação com novos princípios e bases e também pelo acúmulo técnico e político dos últimos 10 anos, a partir da promulgação da Loas, dos movimentos sociais desta área e de experiências de poder local em torno da construção e implantação da política de assistência social de fato pública e de direito.

O MDS iniciou suas atividades (MP 163-de 23/01/2004) unificando, entre outras, três áreas sociais: a assistência social, a segurança alimentar e combate à fome e o programa bolsa família. No decreto que propiciou a unificação merece destaque o artigo 6º: “Ficam extintos: -... II – O Conselho do Programa Comunidade Solidária e a Secretaria Executiva do Programa Comunidade Solidária”.

Apontado por Pinheiro (2002) como um dos equívocos nas respostas de Fernando Henrique Cardoso ‘a questão social, o Programa Comunidade Solidária deslocou a assistência social do campo da política pública para o âmbito das decisões privadas e manteve a primeira dama na condução de ações sociais, pontuais, focalistas e sem nenhum controle social. Nenhuma discussão realizada com o Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, conforme previsto na Constituição. “É o social, sob esta ideologia, palco de manifesta bondade, sensibilidade e não de políticas públicas” (SPOSATI; 1995).

Com estas marcas o MDS iniciou suas atividades rompendo com uma face conservadora de nosso passado recente, com decisões que alteram de maneira clara e objetiva as novas diretrizes para a Assistência Social no Brasil.

Ainda nesse contexto, o MDS encontrou também uma situação estrutural bastante complexa em vários aspectos. Entre eles, um sistema financeiro burocratizado, arcaico, com mais de 20 anos sem revisão e reformulação. A inexistência de sistema de avaliação e monitoramento sobre o alcance cobertura e efetividade da política de assistência social no país – papel absolutamente fundamental do órgão gestor federal, além do déficit de servidores implicando no desenvolvimento e ações de caráter continuado por pessoal terceirizado, com contratação precária, levando ‘a rotatividade e perda de acúmulo técnico.

No entanto, a experiência existente, as discussões, avaliações e formulações no âmbito das universidades, dos gestores municipais e estaduais, de técnicos e trabalhadores sociais do serviço público e de entidades sociais, bem como conselheiros e militantes da área e, com a aprovação na IV Conferência Nacional de Assistência Social pela construção do

Sistema Único de Assistência Social – SUAS, temos as bases para a transformação que está ocorrendo no campo desta política pública no Brasil.

Nesse Sentido, o decreto 5.074 de 11 de maio de 2004, entre outros, expressa o compromisso de implantação e garantia de funcionamento de uma rede de Proteção Social organizado num sistema único de assistência social. Define o acesso aos direitos à Assistência Social visando sua universalização, buscando garantir e regular a implementação de serviços e programas de proteção básica e especial a fim de prevenir e reverter às situações de vulnerabilidade, riscos sociais e desvantagens visando à defesa dos direitos dos usuários. Propõe-se ainda a definir diretrizes para a prestação de serviços sócio-assistenciais no campo dos órgãos públicos, de entidades sociais e organizações não-governamentais.

A realidade atual cujo eixo é a proteção social, possibilita a organização da política nacional superando uma abordagem de segmentos e estabelecendo que a Assistência Social ultrapasse o nível de responsabilidade individual, familiar e comunitária, assumindo o Estado a proteção social conforme prevista na Constituição Federal e na LOAS.

A Assistência Social afirma-se para além das provisões materiais que a marcaram e passa a ser também campo do reforço da auto-estima, da inserção social, da ampliação da resistência aos conflitos, de estímulo ‘a participação social e comunitária, da maneira como previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Estatuto do Idoso e na Lei Orgânica da Assistência Social, reguladores do espírito da Constituição Cidadã Brasileira.

O Organograma da Secretaria Nacional de Assistência Social, do MDS, expressa o primeiro reordenamento institucional em consonância com a LOAS modificando a estruturação por segmentos e organizando- a pôr base de serviços de proteção. Soma-se a isto, esforços no sentido de simplificação e padronização dos trâmites administrativos e a histórica conquista da dispensa de apresentação de Certidão Negativa de Débito – CND ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS quando se tratar de transferências relativas a Assistência Social, conquista que traduz o seu caráter continuado.

Expressão de mudanças e cumprimento do artigo 19 (LOAS) a SNAS propôs ao CNAS, a nova Política Nacional de Assistência Social, abrindo amplo debate nacional com a participação de pesquisadores, militantes, gestores, conselheiros, usuários e entidades sociais.

A política nacional expressa novas bases de organização, com matricialidade sócio-familiar, por descentralização político-administrativa e territorialização, pelo redesenho na relação Estado e Sociedade Civil, pelo aprimoramento no debate concorrente do financiamento pelos três entes federados, pelo protagonismo dos usuários, pela definição de

uma política nacional de recursos humanos e a montagem de um sistema nacional de monitoramento e avaliação dos serviços prestados e de seu impacto.

Nessa nova estrutura, as diretrizes do ponto de vista da estruturação dos serviços a serem entregues ‘a população, se organizam em Política de Proteção Social Básica, Política de Proteção Social Especial e Benefícios Sócio-assistenciais.

Por Política de Proteção Social Básica entendem-se todas as ações, serviços, programas e projetos que tenham “como objetivo assegurar direitos e propiciar a construção da autonomia das famílias, seus membros e indivíduos. Destina-se ‘a população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente de pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou fragilização de vínculos afetivos, relacionais e de pertencimento social (discriminação etária, étnicas, de gênero, por deficiência, dentre outras)”.

Por Política de Proteção Social Especial define-se uma “modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias, seus membros e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, dentre outras. São serviços que requerem acompanhamento individual e maior flexibilidade nas soluções protetivas. Têm estreita interface com o sistema de justiça”.

Os benefícios a que se referem à nova estruturação do Ministério são o Benefício de Prestação Continuada – BPC e os benefícios eventuais, este último previsto na LOAS e nunca antes regulado no Brasil.

Reitera-se aqui o já expresso em diversos pontos deste texto, que estas mudanças foram e estão sendo possíveis devido a diversos fatores. Um deles é a concretização de experiências municipais, de poder local, que foram conformadas pelos pressupostos que hoje informam a formulação nacional, tendo já um acúmulo prático de projetos, programas e serviços que respondam pela rede de proteção básica e especial que se quer ver implantada em todo o território nacional.

Os desafios colocados para a política estão expressos nela própria. Ressalta-se aqui os próximos passos. A construção do 1º Plano Nacional que ofereça concretude ao pacto federativo no campo da PNAS e a consequente Norma Operacional (NOB) definindo os campos de atuação de cada esfera de governo e da sociedade na construção da proteção social brasileira.

3 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A estrutura da Pesquisa, em nível metodológico, contará com o levantamento bibliográfico, a coleta de narrativas sobre a execução da Política Nacional de Assistência Social no município de Miranorte - TO na percepção do assistente social do CRAS, através da entrevista semi-estruturada e análise de dados adquiridos no decorrer da realização da pesquisa.

Primeiramente é importante salientar que de acordo com Minayo (2010, p.16) “a pesquisa é a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e atualiza frente à realidade do mundo”.

No que tange essa pesquisa o método utilizado para a análise da realidade é o materialismo histórico dialético, o qual permite analisar o objeto de estudo a partir das seguintes categorias: historicidade, totalidade e contradição. Isso incide em considerar o contexto histórico, social, cultural, econômico dos sujeitos envolvidos na pesquisa, permitindo ir além do aparente, observando que a realidade é dialética e está em constante mudanças (KONDER, 2008).

A historicidade é categoria que implica a dinâmica da realidade do sujeito, ação e comportamento considerando o contexto histórico, político, social, cultural e econômico. A contradição denota de forma crítica a essência do fenômeno sobrepondo elementos de superação de sua pseudoconcreticidade. A mediação, na teoria marxiana, propicia uma apreensão da realidade em sua singularidade envolvendo fatos sócio-históricos (TRIVIÑOS, 2008).

Tendo em vista essa conceituação, foi utilizado como técnica de coleta de dados a entrevista sendo considerado por Manzini (2004), a entrevista é a técnica indicada para buscar informações que vão além da indagação do pesquisador, pois capta opiniões, concepções, expectativas, percepções sobre objetos ou fatos ocorrendo entre um pesquisador e o entrevistado mediado pela linguagem.

Este estudo se apoia na pesquisa realizada no ano de 2017 na Secretaria de Assistência Social, no município de Miranorte, tiveram-se como instrumentos e/ou técnicas para coletas de dados, o levantamento bibliográfico, a entrevista e a análise de documentos relacionados ao público alvo atendidos na instituição. De acordo com Minayo (2010) a Pesquisa Exploratória se dá desde a etapa de construção do projeto até os procedimentos para entrada em campo, de forma que o processo de pesquisa decorre de um movimento de definição e redefinição do objeto durante todas as etapas.

Em sequência, para colhermos as informações necessárias dos sujeitos participantes foi necessário utilizarmos a pesquisa de campo. Conforme salienta Marconi e Lakatos (2003), a pesquisa de campo:

É aquela utilizada com o objeto de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de uma problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles (MARCONI & LAKATOS, 2003 p.186).

A pesquisa ora, apresentada é de forma qualitativa, pois possibilitou uma análise e a compreensão do trabalho dos/as profissionais quanto na esfera de execução da Política de Assistência Social, pautado na qualidade dos serviços prestados, na defesa no compromisso ético-político com os interesses coletivos da população usuária.

Assim, entende-se por pesquisa qualitativa na concepção de Minayo (2007, p. 21), como aquela que:

[...] responde a questões muito particulares [...] ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes.

Assim, como parte da metodologia e para alcançar os objetivos da pesquisa foi utilizada entrevista que é entendida como um diálogo entre duas pessoas, com o objetivo do entrevistador coletar informações relacionadas ao tema, pois ela possibilitou uma maior interação com os profissionais, como também o esclarecimento imediato de dúvidas em relação a Política de Assistência no município.

Segundo Marconi e Lakatos (2009):

[...] entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou tratamento de um problema social (MARCONI & LAKATOS, 2009, p. 80).

Diante disso, sabemos que existem várias formas de entrevistas e assim nesse contexto foi utilizado à entrevista semi-estruturada com a intencionalidade de obter as informações de forma mais ampla e absorver o máximo de informações. As entrevistas foram realizadas com dois profissionais que trabalham na Política de Assistência Social de Miranorte, sendo Assistentes Sociais.

Para conduzir a entrevista foi elaborado um roteiro com questões relacionadas à Política de Assistência, serviços, ações que visassem à consolidação da assistência como política pública, para entender a percepção de cada profissional sobre essa política, bem como na execução da mesma. As entrevistas foram agendadas com cada profissional e foram realizadas individualmente no CRAS em salas diferentes, com o absoluto sigilo. Lembrando que os profissionais digitalizaram as suas respostas de acordo com as perguntas, e os mesmos assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido.

Para nortear a entrevista foi elaborado um roteiro com questões relacionadas a Política de Assistência, serviços, ações que visassem a consolidação da assistência como política pública, para assim e poder entender um pouco mais da percepção de cada profissional sobre essa política, bem como apurar os limites e possibilidades na execução da mesma. As entrevistas foram agendadas com cada profissional e foram realizadas individualmente no CRAS em salas diferentes, com o absoluto sigilo. Lembrando que todas as entrevistas transcritas e os profissionais assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido.

O outro instrumento que foram utilizados no decorrer da pesquisa foi a análise documental que serviu como fonte de coletas de dados, para caracterização dos/as indivíduos/famílias atendidas pelas profissionais dos espaços sócio-ocupacionais, pois estes são beneficiários pela Política de Assistência Social em nível municipal. Portanto essas análises foram realizadas a partir de uma amostra de (26) vinte seis fichas sócias, relatórios e alguns pareceres dos atendimentos feitos pelos/as profissionais do CRAS.

De acordo com Richardson (1999, p.230) “[...] a análise documental consiste em série de operações que visa estudar e analisar um ou vários documentos para descobrir as circunstâncias sociais e econômicas com as quais podem estar relacionados”.

Porém, se sabe que instrumentos e técnicas são indispensáveis na produção desse trabalho monográfico. Santos e Noronha (2010) versam que os instrumentos/ técnicas são elementos constitutivo das dimensões técnico-operativo do Serviço Social e indispensável na atuação/intervenção profissional. O instrumento é considerado um elemento potencializado da ação; ele consiste no conjunto de meios que permitem a operacionalização da ação profissional, assim como a técnica está ligada a habilidade no uso do instrumento.

Ademais, é importante ressaltar de que forma foram feitas as análises das informações obtidas através das entrevistas e análises documentais. Sendo assim, utilizamos a análise de conteúdo que de acordo com Bardin (2009) são conjuntos de instrumentos/técnicas metodológicas de análises das comunicações que utiliza de

procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens com a intenção de inferir os conhecimentos relativos as condições de produção, que busca outras realidades através das mensagens.

Nesse sentido, a análise de documentos mencionados anteriormente relacionadas a fichas sociais, relatórios e pareceres sociais, permitiu passar de um documento primário para um documento secundário, que visou representar o conteúdo de um documento de uma forma diferente do original. A princípio foi feito uma leitura superficial de conhecimentos dos documentos para escolha dos mais importantes para a pesquisa, no qual a técnica usada foi a análise categorial ou temática, pois pudemos dividir o texto/infomações em temas ou categorias principais que obteve característica das famílias e/ou usuários registrados nos atendimentos (BARDIN, 2009).

Da mesma forma, a entrevista é um dos instrumentos mais usados na pesquisa sociais, porque além de permitir captar melhor o que os pesquisados sabem e pensam, permitem também ao pesquisador, observar a postura do sujeito, o tom da voz, os silêncios, etc. Depois de feitas as entrevistas usou-se a mesma técnica, como à analisar categorial ou temática, com estabelecimentos de categorias para analisar todo o material reunido de extrema importância das falas dos entrevistados.

É importante pontuar que houve uma certa dificuldade em encontrar documentos sobre o histórico da Assistência Social no município, para tanto foi preciso recorrer a outros trabalhos que abordaram sobre a temática do município e na Secretaria Social Municipal. A seguir será evidenciado os resultados dessa pesquisa acerca da assistência social executada pelos assistentes sociais no CRAS.

4 A POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE MIRANORTE – TO E O SERVIÇO SOCIAL

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO MUNICÍPIO DE MIRANORTE

A criação do município de Miranorte ocorreu em 1934, pelo senhor Job Lima após formar uma fazenda à margem direita do Ribeirão Providencia que alguns anos depois foi adquirida por Antônio Valentim tendo por propósito o desenvolvimento daquela região.

Conforme dados do IBGE (2014), em 1958 foi fundado um povoado por trabalhadores da construção da BR-153 POR Antônio Pereira de Sousa no qual passou a ser nomeado de Povoado Providencia. Com o passar do tempo Miranorte foi se consagrando como um pequeno comercio com vista na extração de amêndoas do babaçu, da agricultura e da pecuária.

O ano de 1962 foi marcado pela consagração de distrito de Miracema do Norte através da Lei de nº 104 de 31 de dezembro de 1962. O nome de Miranorte é oriundo das primeiras silabas da palavra Miracema do Norte, o qual significa Mira: olhar para o norte.

De acordo com o site do município, no dia 1º de janeiro de 1963 foi instalado o distrito e em 08 de novembro de 1963 pela Lei do estado de Goiás nº4820. Contudo em 1º de janeiro de 1964 foi nomeado o primeiro prefeito, o Sr. Felipe Fagundes de Carvalho, embora as primeiras eleições realizadas neste município aconteceram em 3 de outubro de 1965, elegendo Edmundo Mendes dos santos para prefeito municipal. Em março de 1972, instala-se o ginásio Belém-Brasília e foi criada, no mesmo ano, a Paróquia Santo Antônio, padroeiro do município. Em 1973, foi instalado o Posto de saúde e em 1975, começou a funcionar o Hospital Municipal de Miranorte.

O ano de 1988 foi um grande marco na história do país, sendo a determinação da Constituição Federal registrando um registro importantíssimo para o estabelecimento de orientações sobre as políticas sociais e na universalização da cidadania, também foi marcado pela criação do Estado do Tocantins em 05 de outubro de 1988.

A criação do Tocantins está atrelada a interesses políticos e econômicos estratégicos. Conforme Nascimento (2013), as propostas para esse grande marco foram elaboradas em gabinetes dos políticos e intelectuais a serviço da elite, sem a participação da população.

Assim, conforme o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, a criação do Tocantins perpassou por três etapas: a da criação em 05 de outubro de 1988, sua primeira

eleição em 15 de novembro de 1988 e por último sua instalação em 1º de janeiro de 1989 que ocorreu solenemente na cidade de Miracema. O primeiro governador foi o então deputado federal na época, José Wilson Siqueira Campos e como vice Darcy Martins Coelho, tendo-se seus mandatos de apenas dois anos, popularmente chamado de “mandato tampão”, entre 1º de janeiro de 1989 a 15 de março de 1991, para que as eleições do Tocantins coincidissem com as demais eleições estaduais do Brasil.

Em 05 de outubro de 1988 o norte de Goiás finalmente é emancipado e passa a se chamar Tocantins. Em 1º de janeiro de 1989 a Unidade Federativa do Tocantins é oficialmente instalada o estado do Tocantins, sendo a região mais nova da federação, atualmente com 139 municípios e integra a região norte do Brasil e limita-se com aos estados de Goiás, Bahia, Piauí, Maranhão, Mato Grosso e Pará.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) a população do Tocantins em 2010 era de 1.383.445 habitantes com uma área de 277.720.560 km² e em 2017 a estimativa da população é de 1.550.194 habitantes (IBGE 2017).

O Estado do Tocantins se destacou nas regiões Norte e Nordeste com crescimento IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, nas últimas décadas. Em 2000, o estado registrou IDH de 0,525, ocupado a 18 posição no ranking entre as 27 Unidades da Federação, e em 2010 o índice de 0,699 configurando a 14 posição no ranking Brasileiro.

Sabendo que o IDH é calculado anualmente com base na expectativa de vida, educação e renda. Para manter esse ritmo de desenvolvimento humano, o governo do estado vem investindo em ações que beneficiam a população e garantem educação, longevidade e geração de emprego e renda. O estado registrou IDH abaixo no nacional, que teve índice 0.744 em 2010 (BASTOS, 2013).

Apesar dessas melhoras no IDH, tanto no Brasil como no Tocantins, verifica-se nos dados do IBGE, que o Brasil contabilizou-se que em 2010 cerca de 16,2 milhões de pessoas viviam na extrema pobreza, e após a implementação do Cadastro Único para os Programas Sociais e a busca ativa os números foram revistos, assim no final de 2012, existiam aproximação 22,1 milhões de brasileiros vivendo na miséria.

Neste contexto, no estado do Tocantins segundo informações da folha do Bico, indicam que 163.588 tocantinenses vivem em extrema pobreza. Levando em consideração o número de 1.383.445 habitantes no estado, contabilizados pelo censo de 2010, isso quer dizer que 11,82% da população vivem nessa situação. Dos mais de 163 mil tocantinenses em extrema pobreza, 79.463 48,56% estão na área rural 84.125 (51,42%) na área urbana. Considerando a população do Brasil de 2010, que vive em extrema pobreza o equivalente

8,5% no qual o Tocantins fica acima da média nacional com 11,82%, considerado um número muito elevado para um estado novo.

Contextualizando o município de Miranorte, atualmente é compõe o estado do Tocantins na região centro oeste que localiza-se as margens da BR 153, está a uma altitude de 222 metros com uma área territorial de 1.031.624 Km². Segundo o último censo demográfico o instituto brasileiro de geografia e estatística (IBGE) sua população em 2010 era de 12.623 habitantes, sendo a população da zona urbana e rural de Miranorte de 11.039 habitantes e a população da zona rural de 1.587 habitantes e a estimativa para o ano de 2017 é de 13.426 habitantes. (IBGE, 2017).

Conforme a Lei Orgânica do município, no que se trata da organização municipal, o município de Miranorte, pessoa jurídica de direito público interno, possui sua autonomia política, administrativa e financeira. Assim, em consonância com o Nascimento (2013) o município, como ente político e jurídico da estrutura organizacional do nosso país, iniciou a partir da proclamação da república em 1988. Pois antes eram chamados de aldeias, arraiais, Vilas e Povoados, e não tinham poderes e nem autonomia.

Contudo, o município de Miranorte também melhorou nos últimos anos no índice de desenvolvimento humano Municipal – IDHM. Segundo o IBGE o IDHM de Miranorte em 1991 era de 0,432, já em 2000 passou para 0,508 e atingiu 0,662 em 2010.

Apesar de ter avançado também no IDHM, segundo relatórios do MDS, com base nos dados do Censo IBGE 2010, a população total do município era de 12.623 residente, quais 1.375 se encontravam em extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 70,00. Isto significa que 10,9% da população municipal viviam nesta situação. Do total de extremamente pobres, 655 (47,6%) viviam no meio rural e 720 (52,4%) no meio urbano. Desse total de extremamente pobres no município, 669 são mulheres (48,7%) e 706 são homens (51,3%) (BRASIL, 2015).

A partir do acima exposto, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 foram formalizados direitos sociais, no qual a política de assistência social se torna uma forma de intervenção do estado no enfrentamento das múltiplas expressões da questão social, sendo o assistente social o precursor de intervenção frente a busca de garantia dos direitos sociais.

Diante desse contexto do município, torna se propicio a abordagem acerca da política de assistência social em Miranorte tendo respaldo no relato de assistentes sociais do CRAS urbano e volante.

4.2 A POLÍTICA DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MIRANORTE

Com relação ao processo de implantação da Política de Assistência Social no Estado do Tocantins, Cariaga (2011) evidencia que:

A Política de Assistência Social no Estado do Tocantins não teve sua configuração instantânea, tal como a criação do Estado, mas foi aos poucos sendo delineada. Sua implementação e desenvolvimento de certa forma acompanhou o panorama nacional, foi lenta e gradual na medida em que a correlação de forças assim o permitiu (CARIAGA, 2011, p. 48-49).

Desse modo e considerando o capítulo segundo da LOAS do município de Miranorte que dispõe sobre a Assistência Social em seu artigo 162 dentro de suas competências visando esse direito determina que:

§ 1º - Caberá ao Município promover e exercer as obras que por sua natureza e extensão, não possam ser atendidas pelas instituições de caráter privado.

§ 2º - O plano de assistência social do município nos termos que a lei estabelece, terá por objetivo a correção dos desequilíbrios do sistema social e a recuperação dos elementos desequilíbrios do sistema social e a recuperação dos elementos desajustados visando a um desenvolvimento social harmônico, consoante previsto no artigo 203 da Constituição Federal (Lei Orgânica do Município de Miranorte, 1990, p.43).

É importante salientar que conforme a Constituição Federal de 1988 é estabelecido em seu artigo 203 que “[...] a assistência social será prestada a quem dela necessitar independentemente de contribuição à seguridade social (BRASIL, 1988, P.122). Desse modo, é instituído que é dever do Estado e direito social regida sob os princípios da universalidade do acesso tendo como propósito a inclusão de pessoas carentes e superação da pobreza por meio de serviços assistenciais.

A Política de Assistência Social se configura como uma do tripé da Proteção Social, juntamente com a Saúde e a Previdência Social. Tal política se articula com outras do campo social que tem por finalidade a garantia de direitos e de condições dignas de vida. Todavia é importante salientar que a proteção social consiste em uma ação coletiva de proteção aos indivíduos, neutralizando e/ou reduzindo os impactos ao ser humano, como por exemplo, doenças, velhice, invalidez, desemprego e exclusão (Viana; Levcovitz, 2005).

Atualmente o município dispõe da proteção social básica sendo ofertados pelo CRAS e a proteção social especial de média complexidade desempenhados pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social-CREAS. A localização de ambos se encontram no anexo da Secretaria de Assistência Social, possibilitando o acesso a todos os

serviços a um grande número de famílias garantindo a sustentabilidade das ações desenvolvidas, buscando superar as condições de vulnerabilidade social.

É importante pontuar que Miranorte é considerado um município de pequeno porte, por ter uma população com aproximadamente 20.000 habitantes, conforme é estabelecido na PNAS/2004. No que tange ao CRAS do município, atualmente proporciona impactos significativos através do atendimento e na prestação de serviços aos usuários da Assistência Social consolidando um meio eficaz na garantia de direitos e enfrentamento as expressões da questão social.

Todavia, vale esclarecer nesse momento que identificamos as profissionais entrevistadas, por nomes de flores: ROSA e MAGARIDA, com o objeto de preservamos suas identidades. É válido salientar que as profissionais deram total consentimento de apresentação do conteúdo de toda entrevista.

É importante salientar que as duas entrevistadas atuam no CRAS urbano e a outra no CRAS volante. Margarida concluiu sua graduação há oito anos atrás e está atuando a dois anos e sete meses no CRAS. E Rosa se formou há acerca de 02 anos e 03 meses e exerce a profissão no CRAS volante há pouco mais de três anos. Todavia estão sob regime de contrato podendo serem exoneradas a qualquer momento.

Conforme registro da Secretaria, o CRAS de Miranorte foi criado dia 30 de dezembro de 2005, ocorrendo um ano após a aprovação da PNAS e mesmo ano da implantação do SUAS.

Em relação ao cargo comissionado, conforme o artigo 37 da CF de 1988 elenca-se são funções de confiança destinadas a atribuição de direção chefia e assessoramento, declarado em lei de livre nomeação e exoneração pela autoridade competente, ou seja, sem nenhuma estabilidade. Contudo, no que se refere ao agente político (Secretaria de Assistência Social), de acordo com Controladoria Geral da União o agente político é aquele detentor de cargo eletivo, eleito por mandatos transitório, como os chefes de poder Executivo e membros do Poder Legislativo, além de cargos de Ministros de estado e de Secretários nas unidades da federação (união, estados e municípios), os quais não se sujeitam ao processo administrativo disciplinar.

Considerando as diretrizes da PNAS, no qual estabelece a Assistência Social como um direito do cidadão e dever do Estado, foi questionado às entrevistadas como os programas são ofertados no CRAS de Miranorte. Conforme Rosa:

O CRAS é a referência do Serviço de Proteção Básica, aqui em Miranorte oferta o Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e também o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para pessoas com deficiências e idosas.

Em continuidade Margarida salientou que são ofertados através de:

Acolhida, atendimento psicossocial, Programa de atenção integral à família-PAIR; Programa de atenção integral a Pessoa Idosa (grupos de convivência, visita domiciliares, entre outros), Programa socioeducativo para crianças de 06 e 12 anos, Programas Socioeducativo para Adolescentes de 13 a 17 anos.

De acordo com Battini, (2007) as demandas da assistência social que chega até o campo socioassistencial está relacionado às expressões da questão social oriundo da lógica capitalista que expressa desde a pobreza e subalternidade, desigualdades, violência pelo uso do poder, abuso sexual e outros conflitos.

Em prosseguimento, indagou-se sobre as ações desenvolvidas no CRAS de 2015 a 2017, obtendo as seguintes colocações:

A – ATENDIMENTOS E ACOMPANHAMENTOS DAS FAMILIAS

B – GRUPOS DE CONVIVENCIA

Geração Jovem (antigo projovem) – na faixa etária de 13 a 17 anos – 02 vezes por semana – em contra-turnos ao horário escolar de cada um;

Grupo conviver – Terceira Idade – acima de 60 anos – 02 vezes por semana;

Grupo Integrar – senhoras na faixa de 40 a 59 anos – 02 vezes por semana;

C – GRUPOS DO PAIF

Grupo Gerar – de gestantes – 01 vez por mês;

Grupo de Família/Oficina de família no CRAS – 01 vez a cada 15 dias (ROSA, 2017, S/P)

Ação em comemoração ao dia dos pais, dias das crianças, dia das mães, dia do idoso, semana da pessoa com deficiência, palestras, ação com grupo Conviver, grupo Gerar, grupo Geração Jovem e grupo Integrar, entre outros (Margarida, 2017, s/p).

Conforme Simões (2011), o CRAS executa atividades destinadas as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, idosos e pessoas com deficiência visando assegurar as condições mínimas para que esses indivíduos desenvolvam capacidades de superação da condição de vulnerabilidade social seja a médio ou a longo prazo.

A terceira pergunta, estava relacionada a quantidade de famílias cadastradas no Programa Bolsa Família no ano de 2015 a 2017, sendo obtido as seguintes informações:

Agora todos tem o BPC- Famílias com renda per capita até ¼ do salário mínimo;

Família em extrema pobreza que possuem renda per capita menor que R\$ 85,00 ou aquelas em estado de pobreza, que possuem renda per capita de R\$85,01 a R\$170,00 (ROSA, 2017, s/p).

Das famílias cadastradas no Cadastro Único até o mês de Outubro de 2017, são beneficiárias do Programa Bolsa Família, 1.290 (MARGARIDA, 2017, s/p)

Segundo o Relatório de informações do MDS, o município de Miranorte em 2015 havia 3.009 (três mil e nove) famílias inscritas no Cadastro Único e em setembro de 2017 consta com 2.565 famílias inscritas, dentre essas 1.268 famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família (BRASIL, 2017).

Outro questionamento foi referente a equipe multiprofissional que atuam no CRAS e a identificação de suas funções. Conforme as entrevistas é composta da seguinte maneira:

1 Assistente Social, 1 Psicóloga, 1 pedagoga, 1 recepcionista, 1 coordenadora, 2 orientadores sócias, 1 motorista, 2 ASG e uma cozinheira, somando um total de 11 profissionais (MARGARIDA, 2017, s/p).

A equipe Técnica de Referência do CRAS consta de 01 assistente social (CRAS Urbano); 01 assistente social (CRAS Volante); 01 psicóloga; 01 pedagoga (ROSA,2017, s/p).

Como pode ser observado, a equipe volante conta com a composição mínima para a execução da Política de Assistência Social, pois sua criação está voltada ao atendimento às famílias que moram na zona rural, comunidades indígenas, quilombolas e assentamentos visando viabilizar o acesso das famílias aos serviços de proteção básica.

Outra indagação esteve pautando a atuação do Serviço Social no CRAS de Miranorte, sendo evidenciado os seguintes:

As profissionais atuam no atendimento/acompanhamento das famílias – planejam e apoiam os grupos existentes – fazem projetos – mediam e intermediam as demandas/necessidades das famílias e estão no exercício do controle social nos Conselhos (ROSA, 2017, s/p).

Atendimento individualizado e em grupos, visitas domiciliares, estudo socioeconômico, orientação/encaminhamento para benefícios Assistenciais, planejamentos das ações, entre outros (MARGARIDA, 2017, s/p).

É notável que a proteção social básica ofertada pelo CRAS tem por finalidade prevenir situações de risco através do desenvolvimento de potencialidades a aquisição de atribuições e competências para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. É

através do CRAS que a proteção social se efetiva com o reconhecimento e enfrentamento das desigualdades sociais.

Com relação aos desafios para o Serviço Social no CRAS na efetivação da PNAS, as assistentes sociais elencaram os seguintes:

Neste ano há os desafios relativos aos recursos que estão atrasados, então os projetos, os planejamentos para os grupos ficam prejudicados (ROSA, 2017, s/p).

O maior deles é a falta de recursos (MARGARIDA, 2017, s/p).

Conforme evidencia Battini (2007, p. 28) “[...] não há efetividade das políticas públicas quando não se garante o investimento necessário nas ações que asseguram o acesso aos direitos sociais”. A falta do recurso agrava a situação de vulnerabilidade dessas famílias e deixa fragmenta a forma de manutenção e qualidade dos serviços para as famílias e indivíduo.

Por fim, solicitou que as profissionais do Serviço Social elencasse a realidade vivenciada por elas no CRAS:

Respondido no item acima quanto aos desafios. Quanto a liberdade para atuar, temos uma liberdade relativa como em todo lugar, para cada demanda existente precisa ter todo um debate para que direitos sejam efetivados (ROSA, 2017, s/p).

No momento estamos vivenciando falta de repasse e alguns recursos para a Assistência Social, que tem sobrevivido com recursos repassados ainda no ano de 2016. E com o corte significativo dos recursos da Assistência Social, anunciado pelo governo federal para 2018, inviabilizará efetivação dos direitos dos usuários. Estamos vivenciando um retrocesso da política de Assistência Social (MARGARIDA, 2017, s/p).

Embora o Serviço Social seja uma profissão que seja considerada liberal, o profissional se encontra limitado à condução do seu trabalho. Para o desempenho de sua função, o profissional depende da organização da atividade, do Estado, da empresa, ou das entidades governamentais e não-governamentais que viabiliza aos usuários o acesso aos serviços ofertados na instituição estabelecendo prioridades a serem cumpridas (IAMAMOTO,2008).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este presente trabalho de conclusão de curso, revela a atual situação do Serviço Social CRAS Urbano e CRAS volante na efetivação da Política de Assistência Social do município de Miranorte –TO, no ano de 2017, Através arcabouço teórico e os resultados obtidos por meio da realização da entrevista.

Inicialmente a Assistência Social era associada como ajuda aos desamparados e outros, com a Constituição Federal de 1988, se constituiu enquanto política social determinada como um direito do cidadão e dever do Estado em garanti-la, porém essa parte não desempenha seu papel de regulador social deixando os serviços serem executados de forma fragmentada.

Contudo este estudo propiciou o conhecimento acerca da Política de Assistência Social evidenciando a realidade vivenciada pelos assistentes sociais dos CRAS no município de Miranorte no qual pode perceber que a ausência de recurso e a composição de uma equipe mínima para a programação das ações, serviços e programas visando a garantia dos direitos sociais aumenta a precarização dos setores e dificulta a prestação do serviço com qualidade.

O processo de desenvolvimento deste estudo contribuiu para aprimoramento do conhecimento do pesquisador, além de ser de grande relevância para o município de Miranorte pois demonstra os benefícios prestados e as fragilidades da efetivação da política.

Este estudo partiu do seguinte questionamento: “Como se dá a efetivação da Política Nacional de Assistência Social no município de Miranorte-To na percepção dos assistentes sociais do CRAS?”. Conforme os dados adquiridos ao longo do estudo, notou-se que a política tem avançado, está organizado de acordo com as legislações vigentes, porém ainda há muito o que fazer.

Os objetivos específicos incidiram em identificar as ações desenvolvidas pelos assistentes sociais do CRAS visando a consolidação da Assistência Social como política Pública; Conhecer a realidade do Serviço Social na efetivação do PNAS; Mapear os programas ofertados no CRAS.

Mediante os dados apresentados, notou-se que as ações desenvolvidas junto ao CRAS estão de acordo com o que é estabelecido no PNAS, dando respostas as demandas sociais oferecendo uma melhoria para a população, e que apesar de desenvolver um conjunto de atividades, a falta de recurso sucateia o desempenho da política para ser efetivada de forma plena.

Sendo assim, não é prudente considerar como entraves para a execução dessa política aos usuários, pois a minimização da exclusão e a vulnerabilidade vivenciada por estes depende da qualidade que são ofertados os serviços pelo Estado e município.

Contudo, é importante evidenciar que a Política de Assistência Social perpassa por um momento crítico devido ao corte do orçamento público o que terá grande impacto na execução dos serviços prestados pela instituição dificultando o acesso a toda população.

Assim, é importante evidenciar que a Política de Assistência Social não tem condições de reduzir as desigualdades econômicas e sociais por si só. É necessário trabalhar em conjunto com outras políticas voltadas a inserção destes indivíduos ao trabalho.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Antônio Geraldo de. **O Serviço Social no Brasil**: das Orixás de Araxá. São Paulo: Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba: Cortez, 1982.
- ALVES, Adriana Amaral Ferreira. **Assistência Social**: história, análise crítica e avaliação. Curitiba: Juruá, 2009.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006 (Biblioteca básica de serviço social; v.2).
- BARTTINI, Odária (org). **SUAS: Sistema Único de Assistência Social em debate**. São Paulo: Veras Editora; Curitiba, PR: CIPEC, 2007.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº1 a 6/64. Brasília: Senado Federal, Subsecretária de Edições Técnicas, 2002.
- _____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n.8.069 de 13 de julho de 1990.3ª Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.
- _____. **Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)** – Lei nº8.742 de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Relatório de Informações Sociais. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>. Acesso em 14/10/2017.
- _____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. **Orientações Técnicas**; Centro de Referência de Assistência Social – CRAS. 1] Ed. Brasília, 2009.
- COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira**: uma equação possível. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- CARIAGA, Maria Helena Silva. **A particularidade da prática com famílias nos Centro de Referência da Assistência Social de Palmas do Tocantins**. 2011. Tese de doutorado.

Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Pontífica Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2011.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista**: as funções da previdência e assistência social. 12º Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 15ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboços de uma interpretação histórico-metodológica. 20º Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

IBGE. Cidades. Disponível em: <http://www.cidades.ige.gov.br>. Acesso em 10/10/2017.

JUNQUEIRA, H. I (relatório); LEMOS, A.P.; FALCÃO, M. do C.B.C; SILVA, M. L. C.; BAPTISTA, M.V. **A política do bem-estar social do Brasil no contexto do desenvolvimento na década de 70**. In: Revista Serviço Social e Sociedade nº07: Cortez, 1981.

KONDER, Leandro. **O Que é Dialética**. 6ª reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2008 (Coleção Primeiros Passos).

MANZINI, Eduardo Manzini. **Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2, A pesquisa qualitativa em debate, Bauru, 2004. Bauru: SIPEQ, 2004. 1 CD. (s/n) Disponível em: <http://www.sepq.org.br/Isipeq/anais/pdf/gt3/04.pdf>. Acesso 17 Set 2014.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social**: identidade e alienação. 13ª Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MIRANORTE. **Lei Orgânica do Município de Miranorte**. Promulgada em 05/04/1990.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12º Ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. 3ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MONTAÑO, Carlos. **A natureza do Serviço Social**: um ensaio sobre sua gênese, especificidade e sua reprodução. São Paulo: Cortez, 2007.

MOTA, Ana Elizabete (org.). **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 2º Ed. Ver. E ampl. São Paulo: Cortez, 2007.

NASCIMENTO, Júnio Batista do. Tocantins; **História e Geografia**. 8º Ed. Goiânia: Kelps, 2013.

RICHARDSON, Roberto Jarry e Colaboradores. **Pesquisa Social**: Métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. Noronha, Karine. **O Estado da Arte sobre os Instrumentos e Técnicas na Intervenção Profissional do Assistente Social**: uma perspectiva crítica. Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF: Minas Gerais, 2010.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o Popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do Serviço Social**. 5º Edição. São Paulo: Cortez, 2011 (Biblioteca Básica do Serviço Social; v.3).

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira et al. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. São Paulo: Cortez, 1986.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TORRES, Iranildes Caldas. **As primeiras-damas e a assistência social: relação de gênero e poder**. São Paulo: Cortez, 2002.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e assistência social**. 7º Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

APÊNDICE 01 - ROTEIRO DE ENTREVISTA

APÊNDICE 02 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

APÊNDICE 01- ROTEIRO DE ENTREVISTA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Roteiro de Entrevista

Nome:

Sexo:

Endereço:

Cidade:

Tempo de formatura:

Quanto tempo trabalha no CRAS?

1 – quais os programas ofertados no CRAS urbano de Miranorte – TO?

2 – quais as ações desenvolvidas no CRAS de 2015 a 2017?

3 – quantas famílias estão cadastradas no Programa Bolsa Família do ano de 2015 a 2017?

4 – quantos profissionais atuam no CRAS e quais são suas funções?

5 - qual é a atuação do Serviço Social no CRAS de Miranorte?

6 – quais os desafios para o SERVIÇO SOCIAL encontrados no CRAS para a efetivação da política nacional de assistência social?

7 – descreva a realidade vivenciada pelo Assistente Social no CRAS?

APÊNDICE 02-TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Este documento visa solicitar sua participação na pesquisa que tem por título: **“Serviço Social e Política de Assistência Social”**, com o objetivo de analisar como o Serviço Social atua na efetivação da Política Nacional de Assistência Social no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS de Miranorte no ano de 2017. Esta pesquisa, que será desenvolvida pelo acadêmico Fernando Mota da Silva Martins, como requisito da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso II – TCC II, do curso de Serviço Social, Da universidade Federal do Tocantins. A orientação acadêmica da pesquisa é realizada pela Professora Doutora Maria Helena Cariaga. Poderemos oferecer qualquer esclarecimento no momento da pesquisa ou posteriormente através dos telefones (63) 9 8444-6715 (Fernando Mota) / (63) 9 9211-0399 (Prof. Maria Helena).

Neste trabalho será utilizado um roteiro de entrevista com perguntas semiestruturadas, e o participante terá de 3 (três) dias para responder as questões. Os dados e resultados individuais desta pesquisa estarão sob sigilo ético, não sendo mencionados os nomes dos participantes em nenhuma apresentação oral ou trabalho escrito, que venha a ser publicado. O pesquisador Fernando Mota da Silva Martins se compromete a esclarecer devida e adequadamente qualquer dúvida ou necessidade de esclarecimento.

A participação nesta pesquisa não oferece risco ou dano a pessoa entrevistada. Se no decorrer da pesquisa o (a) participante resolver não mais continuar terá toda a liberdade de fazê-lo, sem que isso lhe acarrete qualquer prejuízo.

“Declaro estar ciente das informações constantes neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, entendendo que serei resguardado pelo sigilo absoluto de meus dados pessoais e de minha participação na pesquisa: poderei retirar meu consentimento a qualquer prejuízo poderei pedir, a qualquer tempo, esclarecimento sobre esta pesquisa: que fui devidamente esclarecido sobre os objetivos da pesquisa acima mencionada de maneira clara e detalhada: recusar a dar informações que julgue prejudiciais a minha pessoa. Permito a entrevista, que será transcrita e utilizada na referida pesquisa de forma integral ou em partes, sem restrições de prazos e citações, a partir da presente data. As informações são de responsabilidade do pesquisador. Abduco direitos autorais meus e de meus descendentes, subscrevendo o presente termo.”

Após ter sido devidamente informados (a) de todos os aspectos desta pesquisa e ter esclarecido todas as minhas dúvidas, eu _____ concordo em participar desta pesquisa.

Assinatura do participante
Miranorte – TO ____/____2017